

Regional do Cimi critica Funai por expulsar 3 padres

Da Sucursal e do Correspondente

A Coordenação da Regional Norte-1 do Conselho Indigenista Missionário divulgou, ontem, comunicado manifestando seu protesto contra a atitude da presidência da Funai, que expulsou nos últimos dias três missionários que se encontram a serviço da prelazia do Acre-Purus, atuando junto ao grupo indígena Kulina. Afirmando estranhar a atitude do presidente da Funai, que em outubro passado havia concedido autorização para que os três missionários desenvolvessem seu trabalho junto à comunidade, a Regional do Cimi prefere acreditar que o presidente do órgão, general Ismarth de Araujo Oliveira, tenha mudado de idéia pressionado por "forças paralelas" interessadas em transformar a fundação em mais uma empresa desenvolvimentista.

"Que crime horrendo teriam praticado os agentes pastorais? — Perguntam os padres. "Talvez os missionários tenham buscado defender os direitos dos índios e a Funai não tenha gostado das denúncias que a prelazia faz a respeito das injustiças que se cometem contra as populações indígenas do Acre. Realmente, quem defende e procura agir segundo esses princípios não pode colaborar com a Funai, no entender do chefe da ajudância da Funai no Acre, José Porfirio de Carvalho."

"Ou, quem sabe — continua a nota — se a expulsão foi motivada porque os três missionários criticaram a atuação do indigenista enviado à área pela Funai, Célio Horst, que deixou péssima impressão entre os índios kulina com suas ameaças e seu revolver."

Afirmam, ainda, os padres do Cimi, que eles têm sido tolhidos no seu direito de evangelização, mas que "a Funai ou quem quer que seja não lhes tirará o direito de denunciar as injustiças que se cometem contra os povos indígenas da região".

"Aliás — afirmam — já nessa oportunidade temos algumas perguntas a fazer ao presidente da Funai: 1 — Por que expulsar pessoas qualificadas para atuar junto às comunidades indígenas e permitir, ao mesmo

tempo, que certos elementos autodenominados de "donos" "pais" ou "protetores de cablocos" continuem com livre acesso às áreas indígenas para satisfazerem interesses inqualificáveis? 2 — Como justificar a existência de alambiques de cachaça em áreas onde vivem centenas de índios? 3 — Por que aos missionários de outras confissões religiosas, como "Novas Tribos do Brasil" é dada permissão para desenvolverem suas atividades em áreas indígenas, sem nunca serem molestados, e aos missionários do Cimi é negado o mesmo direito? 4 — Como explicar a prática generalizada de utilização de mão-de-obra indígena por administradores de fazendas, projetos agropecuários e seringais? 5 — Por fim, poderíamos pedir, ainda, satisfação sobre algumas certidões negativas que misteriosamente vieram parar em mãos de proprietários de empresas agropecuárias, possibilitando que estes senhores invadissem áreas secularmente pertencentes aos índios."

LIBERTAÇÃO

As autoridades militares responsáveis pelo IPM instaurado na 8ª Região Militar, em Belém, para apurar o ataque de posseiros em São Geraldo do Araguaia, no qual morreram dois soldados da Polícia Militar do Pará, já libertaram Regina Célia de Paula Costa, de 23 anos, que havia sido presa a 19 de novembro, no Rio de Janeiro, acusada de incitar, juntamente com o irmão e o marido, os lavradores à revolta. Regina, que trabalhava como voluntária da Igreja, prestou dois depoimentos no IPM, sendo liberada na véspera do Natal. Mas desde então manteve absoluta discrição, evitando sair de uma residência onde está hospedada, em Belém, furtando-se a qualquer contato público.

A jovem, que na área de São Geraldo do Araguaia prestando assistência social aos posseiros, permaneceu detida num apartamento em dependência militar e tem tido acesso ao marido, Daniel Costa, de 28 anos, e ao irmão, André de Paula, que continuam presos à disposição do IPM.